

Organizações lançam petição pelo direito à mobilidade ao emprego e à defesa do planeta

written by O Cidadão | 15 de Setembro, 2024



Lançada na véspera da **Semana Europeia da Mobilidade**, a petição é promovida pelas organizações Zero – Sistema Terrestre Sustentável, Associação Mobilidade Urbana em Bicicleta (MUBI), Movimento Vida Justa, Movimento Cívico pela Estação Nova (Coimbra), Movimento SOS Terras do Cávado, Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte, Climáximo e Frente Grisalha pelo Clima.

Estas organizações integram a campanha **“Todos a Bordo!”**, que defende que **“uma mobilidade sustentável deve ser acessível a todos, independentemente da sua localização ou condição socioeconómica”**.

“A transição para um modelo de mobilidade limpo deve ser acompanhada por um investimento robusto em infraestruturas e em pessoas, criando milhares de empregos qualificados e promovendo um futuro mais justo e sustentável”, defendem em comunicado.

Adiantam que as medidas propostas pela campanha visam assegurar que ninguém seja deixado para trás na transição para uma economia livre de combustíveis fósseis.

Na petição, as organizações exigem ***“ao Governo e à Assembleia da República medidas imediatas, ambiciosas, mas fundamentadas e suportadas por mecanismos de financiamento sólidos, de modo a garantir o direito à mobilidade sustentável, promover a justiça climática e assegurar empregos dignos”.***

A petição, intitulada “Todos a Bordo! – Medidas imediatas pelo direito à mobilidade, pelo planeta e pelo emprego” – disponível em <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT122255> – propõe quatro eixos de intervenção essenciais.

No primeiro eixo é defendido um ***“verdadeiro passe nacional multimodal sustentável assente em investimento público na ferrovia”***, cujo valor deve crescer apenas cinco euros aos atuais passes metropolitanos, passando a custar 45 euros.

Esta medida deve ser acompanhada do investimento em material circulante, infraestruturas e na contratação de trabalhadores com carreiras e condições laborais dignas e atrativas.

“A sustentabilidade financeira das empresas de transporte não pode ser colocada em causa, antes assegurada para viabilizar estas medidas. Só assim um passe nacional pode significar um avanço justo no direito à mobilidade limpa para todos”, defendem os peticionários.

O segundo eixo aposta numa ***“melhor oferta para que o direito à mobilidade não obrigue a ter automóvel”***, argumentando que,

para tal, são necessárias, entre outras ações, carreiras com horários frequentes, regulares e fiáveis e redes de vias dedicadas para transporte público rodoviário em zonas congestionadas.

“Eletrificar todas as linhas ferroviárias, o transporte terrestre de mercadorias e substituir as frotas rodoviárias por outras não poluentes” constitui o terceiro eixo de ação.

No último eixo, os peticionários pedem a transformação dos espaços públicos de acesso às grandes interfaces de transporte público, tornando-os ***“confortáveis e seguros para caminhar e usar a bicicleta, além de disponibilizar estacionamento para bicicletas e pontos de bicicletas partilhadas”***.

OC/Lusa